

**ONDE UMA ANTROPÓLOGA PODE TRABALHAR?**  
**Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho**

*Where can an anthropologist work?*  
*Report on an undergraduate course about Anthropology and the marketplace*

Soraya Fleischer

Professora do Departamento de Antropologia da  
Universidade de Brasília.

RESUMO. Esse artigo pretende apresentar as linhas gerais da disciplina “Cenários de mercado de trabalho para antropólogos” e seus principais resultados e substanciar o pleito de que falemos mais das diversas oportunidades de trabalho disponíveis para nossas estudantes, em vez de reforçar, como uma ladainha dogmática, de que a universidade é o único e mais importante espaço onde podemos (e devemos) trabalhar. Aqui, como tem sido o esforço de outras colegas, sigo a registrar experiências da sala de aula, reforçando a necessidade de pensarmos a Antropologia acadêmica também em suas práticas didáticas e pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho. Antropologia. Relato didático. Graduação.

ABSTRACT. The article intends to present the overview of the course “Marketplace scenarios for anthropologists” and its main results. And suggest that more discussion be consolidated about work opportunities available for our students, instead of reinforcing, as a dogmatic litany, that the university is the only and most important space where we can (and should) work. As other colleagues and I have done before, the article proposes to register classroom experiences, as also to think Anthropology through its pedagogical practices.

KEYWORDS: Marketplace. Anthropology. Classroom report. Undergraduate course.

Onde uma antropóloga pode trabalhar? Essa é uma pergunta que silenciosamente eu me fazia quando era graduanda, nos idos dos anos 1990. Essa é uma das mais frequentes

perguntas que eu ouço de minhas estudantes, desde que comecei a trabalhar como professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, nos idos dos anos 2000.<sup>1</sup>

Meu Departamento, como imagino ser o caso também de outros, oferece algumas ocasiões em que estudantes podem vislumbrar possibilidades de trabalho para egressos do curso. Eventualmente, uma professora conta sobre sua experiência extra-acadêmica em sua aula. Ou há um seminário ou uma mesa em que são reunidas profissionais da Antropologia que atuam em órgãos sediados em Brasília, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Ministério Público do Distrito Federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional do Índio (Funai), por exemplo. Ou uma antropóloga que atua em uma organização não governamental pode vir participar de uma aula ou de uma banca de defesa de monografia ou tese. De vez em quando, são anunciadas vagas de estágio especificamente para estudantes de Ciências Sociais. Uma estudante contou ter tido contato com oportunidades de consultoria ao trabalhar na Empresa Júnior de Ciências Sociais, a Socius.

Contudo, essas são situações esparsas. A academia, de um modo geral, parece comunicar que o principal local para se encontrar trabalho é na própria academia, embora saibamos que esse seja um espaço muito reduzido diante do número de antropólogas egressas, com pouquíssimas vagas disponibilizadas que, no atual governo, parecem estar sumindo velozmente. Não que as colegas da academia explicitem exatamente os bastidores de seu trabalho, mas, na prática docente do dia a dia, a socialização acadêmica é reproduzida e, mais do que isso, esperada natural e imperceptivelmente. Por fim, julgo haver também uma certa autossuficiência na academia, ao consumir o que ali mesmo se produz, contribuindo, de certa forma, para que se conheça pouco o que é pensado e produzido em termos de Antropologia fora da academia.

A angústia de minhas estudantes continua. Percebem que a academia lhes é vendida como a opção mais prestigiosa, mas também a entendem como um espaço que não comportará todo mundo. Contudo, tampouco percebem que outros espaços também poderiam acolher sua formação e leque de habilidades. Como resultado final, ficam à deriva,

---

<sup>1</sup> Adoto o plural feminino porque a grande maioria de minhas estudantes é composta por mulheres e também para questionar o histórico machismo das convenções gramaticais.

tentando driblar as suas inseguranças e também as de seus pais e colegas diante da opção pelo curso de Ciências Sociais.<sup>2</sup>

Foi inspirada pela vontade de saber de minhas estudantes e pela firme crença de que exercer a Antropologia é muito necessário no contexto atual de neoliberalismo, aniquilação de minorias e progressiva perda de direitos que decidi organizar a disciplina “Cenários de mercado de trabalho para antropólogos”. Essa disciplina foi oferecida à graduação como um “Tópico Especial”, que geralmente abriga temas em ascensão, ainda novos e quiza experimentais. São disciplinas que se transformam em créditos optativos no currículo do alunado. Da primeira vez que eu o ofereci, ainda em 2014, tive oito estudantes. Em 2017, apareceram 22. Na primeira edição da disciplina, contei com uma monitora que, à época, fazia o mestrado em nosso Departamento. Na segunda edição da disciplina, ela voltou como integrante da mesma, como se verá abaixo. Também nessa segunda edição da disciplina, fomos acompanhadas por uma monitora que havia sido estudante na ocasião da primeira edição.<sup>3</sup>

Esse artigo pretende apresentar as linhas gerais dessa disciplina, seus principais resultados e substanciar o pleito de que falemos mais das diversas oportunidades de trabalho disponíveis para nossas estudantes, em vez de reforçar, como uma ladainha dogmática, de que a universidade é o único e mais importante espaço onde podemos (e devemos) trabalhar. Aqui, como em ocasiões anteriores minhas e de outros colegas (SANABRIA, 2005; GAMA; FLEISCHER, 2016; FLEISCHER; DAMÁZIO, 2015; FLEISCHER et al., 2013; FLEISCHER, 2012), sigo a registrar experiências da sala de aula, reforçando a necessidade de pensarmos a Antropologia acadêmica também em suas práticas didáticas e pedagógicas.

---

<sup>2</sup> No Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, são oferecidos quatro cursos: Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, com habilitação em Sociologia, Licenciatura em Ciências Sociais.

<sup>3</sup> Gostaria de agradecer às duas monitoras que participaram ativa e respectivamente da primeira e da segunda edição dessa disciplina, Krislane Matias (em 2014) e Fabiana Motta (em 2017). Também agradecer pela participação entusiasmada das estudantes de ambas as turmas, bem como pela autorização que me deram para aqui reproduzir suas perspectivas, exercícios e avaliações da disciplina. E, por fim, agradecer Tatianna Meireles, Marco Aurélio Paz Tella e a equipe de orientandos e orientandas de graduação, mestrado e doutorado do PPGAS/Universidade de Brasília (Ângelo Daré, Victor Vitor, Rosana Castro, Cíntia Engel e André Filipe Justino) que gentilmente se dispuseram a ler e comentar criticamente versões iniciais desse texto.

## A DISCIPLINA

A disciplina foi organizada de modo a apresentar meia dúzia de cenários possíveis de trabalho na área da Antropologia.<sup>4</sup> Muitos outros cenários poderiam ter sido incluídos, mas o principal objetivo foi atizar a imaginação da turma, ampliar os horizontes para perceber que a universidade é uma ótima opção de trabalho, mas apenas uma dentre tantas existentes. Na edição de 2017, os seis cenários foram: 1. “Estado”; 2. “Consultoria independente”; 3. “ONGs, movimentos sociais e voluntariado”; 4. “Ensino fundamental, médio e superior (público e privado)”; 5. “Organismos internacionais”; 6. “Documentários, desenhos, fotos, acervos e mostras fotográficas”. Em 2014, em vez do sexto item, dedicado à Antropologia Visual, foi “Consultorias para empresas privadas”. (E ainda, na avaliação, a turma sugeriu que nas próximas edições sejam incluídos cenários sobre museus e curadoria, institutos de pesquisa de opinião, sindicatos e associações comunitárias, Antropologia Forense, indústria, por exemplo).

Cada cenário contou com quatro tipos de atividades, uma por aula. A primeira aula foi dedicada à leitura e à discussão de textos de antropólogas que tivessem trabalhado naquele cenário e relatado as possibilidades e dificuldades próprias daquele lugar. Cobrimos três a quatro textos nessa aula, num claro intuito de ler e conhecer a literatura, mas concentrando as leituras e debates conceituais em um momento específico.

Na segunda aula, continuamos na atividade de leitura, mas agora do que chamei de “produtos”, isto é, materiais que foram produzidos por uma antropóloga de carne e osso que estivesse atuando exatamente naquele cenário. No caso do “Estado”, por exemplo, a antropóloga em questão, que trabalhava no Ministério da Saúde, gentilmente nos permitiu ler um protocolo que ela ajudou a escrever para a introdução de uma nova política de prevenção do HIV. Já a consultora independente nos enviou, por exemplo, um relatório antropológico que compôs o dossiê de demarcação de um território quilombola.

Na terceira aula, a mais esperada pela turma, saímos de sala de aula. Fomos visitar essas seis antropólogas, em seus respectivos espaços de trabalho. Na primeira edição da

---

<sup>4</sup> Embora bastante semelhantes as duas edições da disciplina, aqui, me centrarei na sua segunda edição, oferecida no primeiro semestre de 2017. Para a versão completa do programa da disciplina, ver [http://www.dan.unb.br/images/pdf/graduacao/programas-disciplinas/2017.1/Topicos\\_4\\_CenariosdeMercadodeTrabalho\\_2017\\_1\\_Soraya.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/graduacao/programas-disciplinas/2017.1/Topicos_4_CenariosdeMercadodeTrabalho_2017_1_Soraya.pdf)

disciplina, recebemos visitas. Nessa segunda edição, mais aprimorada, julguei que sair da universidade, transitar pela cidade, conhecer outros espaços poderia contribuir para enriquecer o entendimento desses cenários. Brasília, com uma grande máquina pública e com várias ONGs e empresas de consultoria, atrai e emprega muitas antropólogas. É um espaço, a meu ver, bastante estratégico para procurar trabalho, bem como para encontrar antropólogas profissionais. Não foi difícil que seis colegas aceitassem o convite para integrarem diretamente o programa da disciplina e nos enviarem excertos de suas produções recentes, nos receberem em seus locais de trabalho, responderem nossas perguntas e inquietações.<sup>5</sup> Antes de lá chegar, era preciso saber se havia um *dress code* para entrar em cada prédio. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) não permitia que usássemos bonés e bermudas, por exemplo. Assim, a visita era construída de modo a já irmos conhecendo como aquele espaço de trabalho se constituía. Uma vez lá, pudemos ver como uma ONG não exigia que nos cadastrássemos no balcão de entrada, como aconteceu no Ministério da Saúde. Dentro de cada local, pedi que atentassem para a configuração das salas, baias, escritórios, paredes, murais, janelas etc. Nossas anfitriãs haviam agendado uma sala de reuniões que nos comportasse e, por 30 a 40 minutos, nos contaram onde haviam feito graduação (e mestrado e doutorado, se fosse o caso), o que fizeram durante o curso, onde encontraram o primeiro emprego e como, desde então, haviam trilhado o caminho que lhes levara até o posto que ocupavam naquele momento. Ao fazer o convite a cada uma dessas colegas, eu havia lhes pedido que, de modo retrospectivo, tentassem rememorar como era ser uma graduanda, que angústias sentiam, como haviam transformado essas angústias em força produtiva para conseguir trabalho, remuneração, carreira. Depois, a turma, que havia preparado perguntas e tinha dúvidas a partir dos “produtos” e textos lidos, manteve outros 40 minutos de diálogo com cada uma das antropólogas visitadas. Tomaram notas, fizeram gravações de áudio, tiraram fotos e até filmaram os encontros, conforme o consentimento prévio.

---

<sup>5</sup> Aproveito para também agradecer a gentileza dessas nossas seis anfitriãs, todas antropólogas, que representaram respectivamente os seis cenários de trabalho que incluí no programa da disciplina de 2017: Tatianna Meireles (Ministério da Saúde), Danielle Jatobá (consultoria independente), Juliana Noleto (Centro de Trabalho Indigenista), Krislane Matias (Secretaria de Estado de Educação/Governo do Distrito Federal), Nívio Caixeta (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e Lena Tosta (videoativista).

Na quarta e última aula do cenário, esses materiais todos (leituras, produtos, visitas) precisavam ser dialogados e se transformar em um exercício escrito de três páginas. Foi proposto que cada exercício fosse elaborado em um modo narrativo distinto. Por exemplo, no cenário sobre “Ensino fundamental, médio e superior (público e privado)”, sugeri a escrita de um plano de aula. No cenário das “ONGs, movimentos sociais e voluntariado”, numa espécie de etnoficção, as estudantes deveriam inventar uma ONG, imaginar-se trabalhando lá dentro e apresentar a outra pessoa como era esse trabalho que realizavam. Isso poderia acontecer por meio de um diálogo rápido com um desconhecido dentro de um ônibus, uma conversa com a avó durante o almoço de família etc. Já com a consultora independente, elas deveriam produzir uma resenha sobre os textos que foram lidos. Assim, os exercícios ajudaram a treinar diferentes formas de escrita (uma das exigências para quem se aventura pelo mercado de trabalho) e, em conjunto, constituíram uma avaliação processual ao longo da disciplina. E, como eram lidos e comentados por mim e pela monitora e devolvidos na semana seguinte, a turma pôde manter a mão quente e as ideias revisitadas.

Assim, ao final de cada cenário, a quarta aula era em sala, com todas as estudantes portando seus exercícios escritos impressos. Estes foram o substrato empírico para a aula acontecer. Se os textos publicados por outras autoras ou os produtos de nossas anfitriãs haviam embalado as aulas anteriores, nessa aula de encerramento do cenário, os exercícios produzidos pela turma deveriam circular, ser lidos, sublinhados, comentados pelas colegas. Por vezes, liam três ou quatro exercícios em sequência, para produzir aspectos comparativos e embalar a discussão. Ou concentravam-se em um exercício apenas, detendo-se nas ideias que julgavam inesperadas e originais. Ou escolhiam trechos para lerem em voz alta. (Uma estudante comentou, na avaliação final, que já estava há dois anos na universidade e nunca tinha lido um texto de outra colega). E, em muitos casos, apenas reliam, pela primeira vez, o próprio exercício, assustando-se com eventuais equívocos, incoerências, falta de cadência. (Outra disse que nunca tinha tido seu texto transformado e aproveitado como material de aula). Iam aprendendo o valor do texto escrito, reescrito, lido, relido e por todas corrigido, comentado e até produzido. Tentávamos criar a atmosfera do trabalho coletivo, tão comum em ambientes profissionais.

Uma lista de *e-mails* também foi formada e informes sobre a disciplina, mas, sobretudo, todo tipo de vaga de trabalho, pesquisa, estágio eram constantemente socializados. O intuito foi familiarizar a turma com possíveis e potenciais empregadores, linguagem dos editais e chamadas, requisitos necessários e, mais importante, a frequência com que apareciam oportunidades para cientistas sociais e, mais especificamente, antropólogas. Durante a disciplina, algumas estudantes experimentaram enviar seus currículos e participar de alguns desses processos seletivos, como forma de testar o que já haviam acumulado e registrado no currículo. Ficou claro como há muito mais vagas do que a turma poderia imaginar inicialmente, produzindo um claro efeito de pé no chão e esperança.

À medida que a disciplina avançou, a turma foi colecionando, portanto, cenários diferentes de trabalho. Puderam se identificar mais com um do que com outro perfil de antropóloga. Puderam conhecer locais de trabalho, tipos de produtos, pessoas de carne e osso que também tinham transformado uma graduação na Antropologia em um ganha pão, um contracheque, uma carreira, uma equipe de colegas, um espaço de interlocução. A disciplina não previu provas nem trabalhos finais, mas apostou na escrita curta e constante ao longo do semestre, refletindo sobre cada cenário em suas características. Reforçamos que, à moda de Wright-Mills (1980 [1959]), a turma mantivesse um arquivo vivo e organizado com os textos, produtos, exercícios, gravações, fotografias etc., para que, uma vez formadas e em busca de contatos e postos de trabalho, pudessem no arquivo retornar, consultar e se preparar de acordo com a vaga em questão.

## OS PRINCIPAIS RESULTADOS

Na primeira aula do semestre, como atividade para quebrar o gelo e permitir que as pessoas ficassem mais à vontade para se conhecerem, entreguei uma folha de papel A2 para cada estudante. Pedi que dobrassem ao meio e, depois, novamente ao meio. Aberto o papel, as dobraduras formavam quatro quadrantes. No quadrante mais ao alto e à esquerda, deveriam desenhar o trabalho na Antropologia como imaginavam antes de prestarem o vestibular. No segundo quadrante, no alto e à direita, deveriam desenhar como imaginavam

esse trabalho nos primeiros semestres do curso de graduação. No terceiro quadrante, embaixo e à esquerda, deveriam desenhar como percebiam o trabalho das antropólogas no momento em que começávamos essa disciplina. Pedi que deixassem em branco o quarto e último quadrante. Depois, ainda em roda, passaram a se apresentar: o nome, o semestre em que se encontravam, o que haviam representado nos desenhos. Surgiram imagens como sala de aula, quadro negro, livros, aviões (sugerindo viagens), Indiana Jones etc. O primeiro, em muitos casos, permaneceu vazio. Muito riso, mas, sobretudo, muita dúvida. Sentiam-se, ao mesmo tempo, envergonhadas de conseguir apontar poucos cenários de trabalho e angustiadas por não conseguirem prever seu próprio futuro profissional.

No último dia de aula, retornei com todos os papeis. Pedi, então, que completassem o quadrante que faltava, agora à luz do que tínhamos visto durante a disciplina. Para muitos, esse último quadrante figurou como o mais denso, repleto de imagens, havia muito por ali incluir. Essa atividade, visual e lúdica, representa para mim o resultado positivo que, em geral, a disciplina alcançou, como pode ser visto nos dois exemplos a seguir:



Figuras 1 e 2: Desenhos de Caio Pinheiro Della Giustina e Ana Clara Damásio, 2017. Fonte: Fotos da autora.

Nesse artigo, quero registrar não apenas os resultados que eu pude vislumbrar, mas também o *feedback* que as estudantes foram oferecendo ao longo da disciplina e também na última aula, dedicada especificamente à avaliação da mesma. Ao longo de toda a disciplina, fui tomando notas bastante detalhadas do que as estudantes da turma, as autoras dos textos e as anfitriãs em seus locais de trabalho nos disseram, tentando registrar expressões, exemplos e comparações realizadas. Esse artigo é possível pela chance de poder retomar e reorganizar essas notas. Muitos aspectos poderiam ser trazidos para a análise nesse texto. Mas, me interessa em particular, os assuntos que, durante os textos, produtos, visitas e exercícios, mais provocaram minhas estudantes, mais ampliaram suas pré-noções sobre o trabalho na Antropologia. A seguir, ao considerar e fazer dialogar diferentes conjuntos de atores e de textos, tentei recuperar esses encontros que me pareceram bastante epifânicos à turma. Nesse bom choque de realidades, muito pode ser compreendido sobre como são, atualmente, as graduandas em Antropologia e do que lhes chega sobre o mercado de trabalho de nossa área.

Para muitas graduandas, foi na escola que tiveram o primeiro contato com as Ciências Sociais e também é o ensino, sobretudo público, a primeira e principal referência de mercado de trabalho (LEAL et al., 2012). Segundo pesquisa realizada com egressos na década passada, é a principal oportunidade de trabalho (FONSECA, 2004), embora nem sempre lecionando Antropologia ou, quando esse é o caso, nem sempre para estudantes de Ciências Sociais (SARTORI, 2014; GROISMAN, 2006). Isso ficou claro nos desenhos feitos na primeira aula e foi reforçado pelo que as autoras lidas nos contaram. Krislane Matias, professora de Sociologia no Ensino Médio que conhecemos na disciplina, confirmou também que muitas de suas colegas, egressas da graduação e do mestrado, logo se estabeleceram na sala de aula. Parece haver uma dívida a saldar com aquelas professoras que lhes inspiraram ainda na adolescência. Krislane traduziu esse sentimento ao lembrar que a “Sociologia no Ensino Médio parece ter arcado com a responsabilidade total de formar cidadãos conscientes. É muito exigir isso de uma única disciplina. Mas trabalhamos por uma mudança de formiguinha, levando o que se aprende na sala de aula para a vida”. Por isso, muitas de minhas estudantes já estavam matriculadas ou estavam planejando também cursar a Licenciatura e/ou fazer o Mestrado em Antropologia, duas estratégias para ampliar as oportunidades de trabalho uma vez formadas (FONSECA, 2004).

Foi consenso de que uma disciplina sobre mercado de trabalho deveria ser oferecida logo nos primeiros semestres da graduação em Ciências Sociais e não apenas ser um assunto comentado *en passant* na disciplina “Introdução à Antropologia” ou como um tópico, apenas eventualmente oferecido. Algumas estudantes sugeriram até que essa disciplina deveria se tornar obrigatória.<sup>6</sup> Assim, as estudantes já poderiam se matricular nas próximas disciplinas de modo estratégico, já orientando sua formação às áreas nas quais desejavam e/ou se imaginavam trabalhando uma vez formadas. Por exemplo, a turma percebeu ser importante aprender línguas estrangeiras, dominar história mundial e estar disponível para viajar para ocupar postos nas Nações Unidas ou nos altos cargos da Esplanada dos Ministérios. Viram como é preciso estar atenta ao próprio *e-mail* e redes sociais, onde muitas vagas são divulgadas. Perceberam ser impossível, ao tentar entrar no mercado de trabalho, não checar

---

<sup>6</sup> Outras áreas já contam com disciplinas semelhantes em sua grade curricular, mas são oferecidas nos primeiros semestres como obrigatórias. É o caso na Universidade de Brasília, por exemplo, de “Psicologia e profissão”, no curso de graduação em Psicologia.

a caixa de entrada diariamente, ao menos. Assim, uma disciplina como essa pode ajudar a melhor organizar o “currículo oculto” (FONSECA, 2004) ao longo da formação, escolhendo uma disciplina estratégica aqui, participando de um projeto de extensão ali, encarando um estágio acolá.

A turma percebeu que, durante a graduação, já pode assumir uma atitude mais ativa em sua formação, atentando para as habilidades exigidas em locais de trabalho aspirados e desenhando o currículo de acordo com essas aspirações. Ao escolher disciplinas mais específicas e próximas do interesse, ao se aproximar de professoras e projetos com os quais se identifiquem, viram que não é preciso ter o diploma na mão para só então descobrir essas possibilidades concretas e habilidades correlatas (MUNANGA, 2013). As anfitriãs lembraram como “se colocaram no mundo” (Tatianna Meireles), ao buscar outros cursos, concorrer a seleções, pedir vagas, apresentar-se aos empregadores, entregar currículos etc. Contudo, Juliana Noleto, que fez formação inclusive no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, sugeriu às estudantes que evitassem se especializar muito cedo (se tornando “monotemáticas”) e, ao contrário, “abrissem o leque” de interesses durante a graduação. Ou, como sugeriu Nívio Caixeta, que vivessem “menos em caixinhas”. Isso seria estratégico para se formarem como profissionais mais polivalentes. Como Noleto bem sintetizou, “Estejamos no campo da Antropologia, mas façamos também a Antropologia em outros campos”.

A relação com o campo de trabalho na universidade, por contraste ou contiguidade, foi constante. A formação na graduação foi ressaltada por todas as antropólogas visitadas como importante para tomar decisões sobre seguir o caminho da Antropologia, para garantir um conjunto de conceitos básicos e úteis uma vez no mercado, para conhecer professoras e começar a rede de contatos e, sobretudo, para já ter uma experiência de pesquisa. Elas se lembravam vividamente de textos e autoras que haviam lhes marcado e inspirado nos caminhos pelas Ciências Sociais e que a nossa turma rapidamente reconheceu porque já tinha lido durante a graduação.<sup>7</sup> Tudo isso, as antropólogas avaliaram, foi importante para conseguirem chegar onde estavam na atualidade. A turma ficou positivamente surpresa de a graduação ter sido uma etapa citada e valorizada na formação dessas profissionais. As

---

<sup>7</sup> *Relativizando* de Roberto DaMatta, *O que é Sociologia* de Carlos Benedito Martins.

anfitriãs reforçaram como a sólida formação acadêmica havia lhes instrumentalizado com qualidade para a prática profissional. “É o curso, é o fazer pesquisa que te dá segurança para ir a campo, para fazer antropologia”, lembrou Danielle Jatobá, consultora independente.

Além do mais, em seus cotidianos de trabalho, todas as nossas anfitriãs acionavam constantemente as ferramentas da pesquisa, que tão bem lhes foi apresentada durante a graduação e nos níveis subsequentes de formação. Inclusive, saber fazer pesquisa – bibliográfica, empírica, de campo, por amostragem etc. – era um diferencial que lhes alavancava e destacava nas equipes onde estavam. Nesse sentido, realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos, coletar e analisar dados, fazer pareceres, laudos, relatórios com fundamentação teórico-metodológica, como lembra Santos (2016), eram atividades de pesquisa realizadas corriqueiramente pelas nossas anfitriãs. Aproveitei para trazer de volta esse ensinamento para nossa realidade na Universidade de Brasília, ao valorizar a produção da monografia ao final da graduação e a participação em projetos de iniciação científica ou grupos de pesquisa como oportunidades de aprender a fazer pesquisa, a aprimorar a capacidade de análise e escrita.

Escrever textos e produzir conhecimento, por excelência, marcam o dia a dia de trabalho (SCHUCH, 2003), embora algumas anfitriãs notassem como lhes faltava tempo para pensar mais profunda ou criticamente sobre o que escrevem e produzem (MULLER, 2010). Juliana Noleto sugeriu que isso pudesse ser aplacado, minimamente, pela relação continuada com o estudo e a leitura, numa relação íntima entre ação e reflexão, fluidificando assim as fronteiras e os muros entre produção e aplicação do conhecimento (LOBO, 2016). Nesse sentido, várias de nossas anfitriãs, ao longo de suas carreiras profissionais, tinham ido e voltado da academia.

Os textos escritos, inclusive, marcaram o currículo e as oportunidades de trabalho para essas antropólogas. “Um laudo leva a outro”, como explicou Danielle Jatobá, consultora independente, sugerindo como os produtos por nós elaborados ajudam a constituir a rede informal de oportunidades de trabalho. Ficaram conhecidas no mercado pela sua escrita clara, detalhada, eficiente e, mais importante, potente. Jatobá nos lembrou que é muito comum ser contratada para “textualizar uma realidade”, já que no âmbito da política pública, o texto ganha mais autoridade do que a oralidade. Os textos são peças de convencimento,

como também encontramos na antropologia acadêmica. Mas Nívio Caixeta, que tem como tarefa constante revisar os resultados apresentados por consultores contratados pelo Sistema ONU, notou ser impraticável simplesmente transferir a lógica acadêmica para o texto que inspirará a política pública. Ele sugeriu que resgatemos a própria Antropologia para tornar nossos textos realistas e palatáveis para o público mais amplo: pensar em como e para quem escrevemos. Nesse sentido, se nossos textos ganharem mundo para além da academia, não poderão manter o tamanho, a verbosidade e a cultura de citações conceituais. Para transitar entre a academia e outros postos de trabalho, muitas traduções parecem ser necessárias.

Foi possível notar, especialmente ao conhecermos os produtos escritos, que, guardada a cautela sugerida por Caixeta, a estrutura, método, prosa, bilinguismo, uso de bibliografia clássica e contemporânea da Antropologia e até valorização de termos e depoimentos nativos eram aspectos que aproximavam esses textos àqueles que produzimos na universidade. A turma notou como textos e ambientes de trabalho também utilizavam certos jargões, como, por exemplo, os termos “parceria”, “apoio”, “cooperação técnica”, “convênio”, “missão”, no caso das ONGs; “*overhead*”, “*compliance*”, “*flex time*”, “*networking*”, “*fundraising*”, “P11”, no caso do Sistema ONU.<sup>8</sup> Ainda assim, eram textos com linguagem (sobretudo, fotográfica) mais acessível, com diagramação mais bonita, colorida e atrativa, público mais amplo e diverso. Um detalhe, contudo, espantou a turma: a autoria estava clara e citada ao final do texto, mas tendia a ser coletiva e anonimizar a antropóloga que havia se incumbido de escrever o texto. (Isso muda no caso de relatórios de consultorias independentes, em que o exercício de escrever é mais autônomo e conta com mais liberdade de criação e autoria, mas também mais solitário e apartado de um ambiente de repartição pública, por exemplo).

Também percebemos desafios específicos desses espaços. Ao sair de um curso de Antropologia, todas as antropólogas visitadas haviam se inserido em equipes com

---

<sup>8</sup> *Overhead* é uma porcentagem de um financiamento destinado para a administração do projeto, geralmente variando de 10 a 20%; *Compliance* é a adesão e concordância a uma ideia sugerida; *Flex time* é a contagem do tempo de trabalho em que horas extras entram para o banco de horas, gerando crédito para a trabalhadora; *Networking* é trabalhar para fazer, ampliar e consolidar uma rede de contatos de profissionais relevantes e estratégicos para sua carreira; *Fundraising* é buscar recursos, financiamentos, parcerias que permitam um projeto acontecer; *P11* é o currículo específico do Sistema ONU, *online* e fundamental para participar de qualquer processo seletivo em seus escritórios regionais ou internacionais.

profissionais de outras áreas. Assim, notamos características comuns em seus locais de trabalho: interdisciplinaridade (BARRETO FILHO *apud* OLIVEIRA; AMORIM, 2015), autoridade do saber técnico e ocidental (geralmente, das áreas das exatas, biológicas e da saúde), atuação entre o universalismo da política pública e o particularismo dos grupos e comunidades, muita burocracia (ou, como disse Nívio Caixeta, “muito meio para pouco fim”), a relação exígua entre as expectativas, o tempo e a realidade (a diferença, como lembrou Juliana Noletto, entre “o que se gostaria de fazer, o que o financiador/contratante quer que seja feito e o que se consegue fazer no final das contas”). Essa convivência com novos colegas exigiu, para várias das pessoas visitadas, que adquirissem outros conhecimentos, buscassem formações complementares e especializações. Tatianna Meireles, que trabalha como antropóloga no Departamento de HIV/AIDS (Ministério da Saúde), explicou que se percebe como uma “camaleoa”, ao adotar uma estratégia deliberada de não se identificar profissionalmente *a priori* para evitar pressuposições ou carimbos, e deixar que, mesmo embaralhando um pouco os interlocutores, sua capacidade técnica se sobressaia. Era uma opção para conseguir conviver com os profissionais médicos, que monopolizavam as altas hierarquias do Ministério. Ela explicou que, com o rigor metodológico da Antropologia, pode trazer outras vozes, a atenção aos detalhes, informações que os médicos não lembram ou não são capazes ou sensíveis para interpretar, traduz números abstratos, mas também vice-versa, traduz grandes quantidades de materiais qualitativos em números (MULLER, 2010).

Todas as antropólogas visitadas deixaram claro como fazem uma espécie de Antropologia aplicada em seus locais de trabalho. Realizam atividades de *advocacy*, testemunho, mediação, assessoria, militância em favor dos direitos civis de povos minoritários, em temas de terra, saúde, justiça, educação, economia social, gênero (MUNANGA, 2013). E isso fica claríssimo na Antropologia Visual realizada por Lena Tosta e comentada por Sarah Pink (2006). Mas Muller lembrou em seu texto, contudo, que, em seu trabalho dentro de ONGs, por exemplo, “atuava com e não como movimento social” (2010, p. 90). Juliana Noletto, por outro lado, lembrou que, durante seus quase seis anos lotada na Funai, era antropóloga na e da Funai, “tudo ao mesmo tempo”, numa percepção muito mais imbricada e multifuncional da profissão. Não via a relação entre a Antropologia

e a política pública como uma oposição, uma impossibilidade (SCHUCH, 2003). Haveria, portanto, uma contribuição antropológica para perceber, interpretar e também construir políticas públicas, proporcionando, por exemplo, a inversão da perspectiva convencional “*top-bottom*” (que tende a privilegiar a voz dos “técnicos” em vez da dos “beneficiários” de uma política). Nesse sentido, como disse Lena Tosta, ao produzir um audiovisual antropológico, o importante é “não chegar com a pauta pronta”, mas “ouvir as pessoas” e “negociar sobre o que falar, sobre o que mostrar”.

Contaram ser facilmente identificadas como “porta-voz” das minorias (SOARES, 2014), contratadas para “entender o universo do outro” (Tatianna Meireles) ou “conviver com a diferença” (Krislane Matias) e, embora estivessem alinhadas com a missão da instituição onde trabalhavam, isso poderia parecer estar perdendo a neutralidade e a tecnicidade (surpreendentemente, até mesmo diante dos colegas acadêmicos). Em suas equipes, diante do público atendido e até quando voltavam para circular dentro da universidade, contaram se sentir “profissionais do estranhamento” (SOARES, 2014). Pensar criticamente – sobre a formação na Antropologia, sobre o ambiente e o empregador, sobre as tarefas de trabalho, sobre os resultados alcançados – é uma das marcas profissionais relatadas pelas antropólogas lidas e visitadas, consolidando a ideia de que atuamos na forma de um “grilo falante” (BONETTI, 2004/2005), como identificadoras de problemas, como problematizadoras da realidade.

Assim, mediar, dialogar, comunicar, conversar, traduzir foram todos verbos ouvidos e lidos com frequência ao longo dessa disciplina. Essa frequência também indicou à turma como a antropóloga acaba, em geral, trabalhando em zonas de conflito, em que a mediação se apresenta como muito importante. Danielle Jatobá, especialista em comunidades rurais indígenas e quilombolas, por exemplo, lembrou que ao lidar com questões sobre a terra, está sempre num *front* contra discursos hegemônicos. O tempo, o olhar, o discurso e a agenda podem ser muito diferentes entre os burocratas e os gestores e os beneficiários das políticas, ela lembrou. Por isso, em seus relatórios precisa traduzir a comunidade para o Estado, mas também o contrário, o Estado precisa ser traduzido para as comunidades, reportando, inclusive, como e por que esse Estado não funciona como o esperado. A turma se assustou várias vezes com os depoimentos sobre falta de segurança, ameaça à integridade, risco de

vida que essas profissionais haviam corrido ao longo de suas carreiras. E, além disso, Jatobá lembrou que muitas das expectativas por trás das encomendas de trabalho que recebe é para que faça “mágica” para resolver questões muito complexas ou, como disse Muller, se tornar uma “especialista em diversidade” ou, pior, uma “apagadora de incêndios” (2010). E Jatobá também reforçou como nosso trabalho exige que nos posicionemos, reflitamos sobre quem quer nos contratar, se o tipo de texto que produzimos é sintético, “chapa branca”, longo, prolixo demais etc. Questões éticas e nosso compromisso com a comunidade em questão nos fazem declinar certas ofertas de trabalho, também nos colocam em situações de embate e confronto direto.

#### FALEMOS MAIS DOS DITOS “CAMINHOS PROFANOS”

Entrei para a universidade no curso de Artes Plásticas. Por diversas razões, acabei transferindo-me para o curso de Antropologia. Como eu achava que já tinha “perdido tempo” durante a graduação, segui diretamente para o mestrado também na Antropologia. Ao final, depois de oito anos, eu estava cansada da universidade, embora tivesse aprendido muitíssimo durante esse período. Mas eu tinha a clareza de que queria testar se as habilidades reunidas eram úteis e versáteis para me manter, para me transformar em uma profissional, para contribuir com o mundo ao meu redor. Um de meus professores à época, ao saber que eu não iria me inscrever na seleção de doutorado, convidou-me até seu gabinete. Em quase duas horas de conversa, ele lançou mão de vários argumentos para tentar me convencer a ficar. Ao final, ele resumiu uma visão que não me parece rara ainda nos dias atuais: “Pense bem, não vale a pena se profanar no mercado de trabalho. Não pare no mestrado, siga diretamente para o doutorado, será melhor”. Eu ouvi todos seus conselhos, respeitosamente agradeci cada um deles. Mas eu já estava decidida e, naquele mesmo mês, eu já estava empregada na primeira das cinco organizações não governamentais onde atuei profissionalmente como antropóloga durante muitos anos antes de voltar à academia e seguir como docente e pesquisadora.

Uma das razões para que outros espaços de trabalho não sejam mencionados pelas antropólogas acadêmicas é a tradição da disciplina, eminentemente catedrática, baseada em linhas de prestígio, hierarquia e poder. Talvez o aprimoramento teórico, a capacidade de

conhecer e discutir as ideias de várias autoras, de escrever com sofisticação, de viajar a tantos lugares exóticos e também famosos podem ser atributos que conformam e consolidam o campo (BOURDIEU, 2012). Mas outra razão também da esparsa menção e indicação de outros espaços profissionais da Antropologia pode ser o desconhecimento. Grande parte das professoras que compõem os departamentos de Antropologia no país fez a formação subsequente e ininterrupta nos três níveis (graduação, mestrado e doutorado) e logo passou num concurso para continuar como docente. Profissionalizaram-se dentro da universidade, sabem fazer, em muitos casos, com maestria, a boa Antropologia na forma de aulas, artigos, livros, palestras. Desconhecem como é trabalhar numa ONG, numa repartição do Estado, numa empresa privada.

Ainda assim, o campo da Antropologia só cresce e nós, acadêmicas, não podemos ficar à margem dessa constante renovação, construção, criação de postos e oportunidades de trabalho, sobretudo para nossas estudantes por lá transitarem com mais desenvoltura. E, inclusive, porque, justamente, elas por lá podem transitar, esses espaços de trabalho também têm a chance de se aprimorar e adaptar. Precisamos ser capazes de lhes mostrar as possibilidades existentes, com seus benefícios e dilemas. Precisamos ajudar-lhes a reconhecer o que acumularam durante os anos de graduação e a como canalizar esse conhecimento e essas habilidades para diferentes postos de trabalho. Além disso, incentivar-lhes a criar e inaugurar novíssimos espaços e arranjos de trabalho que, talvez, nem existam ainda. Avento que, encasteladas na universidade, não seremos capazes de vislumbrar esses horizontes de transformação e transgressão.

Assim, minha aposta, ao oferecer repetidamente essa disciplina, é lembrar que “camaleos” e “formiguinhas” podem transitar com muito mais versatilidade e até resiliência pelos caminhos ditos profanos. Inclusive, ao transformar pouco a pouco esses caminhos não acadêmicos, oxalá passemos a vê-los de modo menos estigmatizado e mais favorável e acolhedor para as profissionais egressas da graduação. E conseguir ver esses espaços não acadêmicos como igualmente legítimos para o exercício de produção da boa e comprometida Antropologia. Podem, inclusive, ser espaços de resistência muito importantes nesses tempos atuais de golpismos de todo tipo e de perseguição e menosprezo do trabalho feito pela Antropologia.

## REFERÊNCIAS

- BONETTI, Alinne de Lima. A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional. **Revista Humanas** (Dossiê “Cidadania, democracia e políticas públicas), n. 26/27, 2004/2005, p. 159-78.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- FLEISCHER, Soraya. Atenção básica de saúde, cronicidade e Ceilândia: O que tudo isso tem a ver com o ensino da Antropologia?. **Percursos**, n.13, pp. 23-39, 2012.
- FLEISCHER, Soraya; DAMAZIO, Ana Clara. Quais são os desafios de escrever durante o curso de graduação em antropologia? Entrevista com Soraya Fleischer por Ana Clara Damásio. **Textos Graduados**, n. 1, p. 1-14, 2015.
- FLEISCHER, Soraya; NASCIMENTO, Rosana Maria; MACHADO, A. D. ; SILVA, G. A. L. ; VIRGILIO, N. L. ; MOTTA, G. O. Ensaio à la Nacirema: relato de uma experiência docente em Antropologia. **Revista Café com Sociologia**, n. 2, p. 18-40, 2013.
- FONSECA, Cláudia. “Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio”. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Contracapa/ABA, 2004, p. 69-91.
- GAMA, Fabiene; FLEISCHER, Soraya. Na cozinha da pesquisa: Relato de experiência na disciplina Métodos e Técnicas em Antropologia Social. **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. 5, p. 109-127, 2016.
- GROISMAN, Alberto. Ensino de Antropologia em ‘outros cursos’. In: Grossi, Miriam Pillar; Tassinari, Antonella; Rial, Carmen (Orgs.). **Ensino de Antropologia: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 333-349.
- LEAL, Sayonara; JANSEN, Vanessa; NERIS, Kendy; MENEZES, Fernanda; BRANDÃO, Carolina. **Formação e saberes docentes para o ensino de Sociologia nas escolas: Reflexões sobre a licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Brasília**. Paper apresentado no 3º ENSOC (Encontro Estadual de Ensino de Sociologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 28-30/09/2012.
- LOBO, Andrea. Precisa-se de uma antropóloga! Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates - Fórum de debates em antropologia**, n. 2, pp. 115-126, 2016.
- MULLER, Cíntia Beatriz. A prática antropológica: o desafio de trabalhar em organizações não governamentais. In: GUEDES et al. (Orgs.). **Experiências em ensino e práticas em antropologia no Brasil**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010, p. 76-83.

MUNANGA, Kabengele. A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. **Revista de Antropologia**, n. 56, v.1, 2013, p. 485-504.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de; AMORIM, Lara. Os dilemas do ofício do antropólogo. Entrevista com Henyo T. Barretto Filho. In: FRANCH, Mónica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara (Orgs.). **Antropologia em novos campos de atuação**: debates e tensões. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015, pp. 301-314.

PINK, Sarah. Visual engagement as social intervention. Applied visual anthropology. In: \_\_\_\_\_. **The future of visual anthropology**: engaging the senses. Nova Iorque: Routledge, 2006, pp. 81-102.

SANABRIA, Guillermo Vega. **O ensino da antropologia no Brasil**: um estudo das formas institucionalizadas de transmissão da cultura. Dissertação [Mestrado em Antropologia social]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. A ocupação dos espaços: antropólogos e sua ação social. **Novos Debates - Fórum de debates em antropologia**, n. 2, pp. 101-114, 2016.

SARTORI, Ari José. **O ensino da Antropologia nos cursos de graduação**: “o que ensinam” e “como ensinam”. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

SCHUCH, Patrice. O estrangeiro em campo: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. **Antropolítica**, v. 12/13, n. 1/2, 2003, p.73-91.

SOARES, Mariana de Andrade. **Antropólogos na ação**: o exercício do ofício extra acadêmico junto a Povos Indígenas. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

WRIGHT-MILLS, Charles. Do artesanato intelectual. In: \_\_\_\_\_. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980[1959], pp. 211-243.